



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.18 , nº 02 / jul-dez 2024, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ILHA SÃO VICENTE EM ARAGUATINS, TOCANTINS: DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

QUILOMBOLA TERRITORY OF THE ISLAND OF SAO VICENTE IN TOCANTINS AND THE CHALLENGES OF SUSTAINABLE PRODUCTION

Lana Costa Ferreira, Doutoranda, UNICENTRO, lanacf.2017@gmail.com
Emerson Bruno Galvão Silva, Graduando, UFMA, emerson.bruno@discente.ufma.br
Vitoria Gleyce Sousa Ferreira, Mestra, UNESP, vitoria.gleyce@unesp.br
Matheus Gomes Moreno, Graduando, UFMA, theusgomesmoreno@gmail.com

Resumo

Os remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente constituem um conjunto sociocultural, organizado sob uma lógica econômica relacionada à agricultura familiar. Neste sentido, o presente artigo analisa os desafios da produção agroecológica da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente. Além de entender a construção socioeconômica da comunidade, a partir da organização e reconhecimento como comunidade tradicional, observando as práticas de produção orgânica sustentável. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir de elementos da pesquisa etnográfica e histórias de vida, com base em um contato direto com a comunidade tradicional, com base em estudos de caso e análise do conteúdo empírico qualitativo. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando as principais bases de dados disponíveis. Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas e rodas de conversa, no mês de dezembro de 2018. Nossos resultados apontam que a comunidade quilombola de Ilha de São Vicente enfrenta a invisibilidade social e política buscando, alternativas de fortalecimento interno e de valorização de sua identidade étnica. A produção sustentável da comunidade corresponde hortas, plantações, criação de galinhas, criação de suínos, pequenas propriedades, extração de recursos naturais. A produção agroecológica, especialmente para as comunidades quilombolas, é muito mais do que uma mera atividade econômica. É uma forma de resistência e afirmação de identidade cultural.

Palavras-chave: Produção sustentável; Comunidade quilombola; Agricultores familiares; Agroecologia.

Abstract

The Quilombola community of São Vicente Island constitute a sociocultural unit, with their organization based in family farming. This article seeks to analyze the challenges of agroecological production of the Quilombola community of São Vicente Island. In addition to understanding the socioeconomic construction of the community, from the organization and recognition as a traditional community, observing the practices of sustainable organic production. To this end, research was carried out from elements of ethnographic research and life stories, based on direct contact with traditional communities, based on case studies and analysis of qualitative empirical content. Initially, a bibliographic survey was carried out using the main available databases. Qualitative data were obtained through interviews and conversation circles in December 2018. Our results indicate that the Quilombola community of Ilha de São Vicente faces social and political invisibility seeking alternatives for internal strengthening and valorization of its ethnic identity. The community's sustainable production includes vegetable gardens, plantations, poultry raising, pig farming, small properties, and the extraction of natural resources. Agroecological production, especially for Quilombola communities, is much more than merely an economic activity. It is a form of resistance and affirmation of cultural identity.

Keywords

Organic production; Quilombola community; Family farmers; Agroecology.



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

INTRODUÇÃO

Nas comunidades tradicionais, no âmbito legal, a morosidade nos processos de reconhecimento dos direitos territoriais é um dos sérios problemas enfrentados, sobretudo pelas comunidades quilombolas (Bráz, 2020). Conflitos entre elas e fazendeiros são apenas um dos entraves existentes em territórios rurais em todo o Brasil (Silva *et al.*, 2023; Souza; Chaveiro, 2019).

Diante disso, a regulamentação do Art. 68 do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), foi uma conquista para os povos quilombolas, uma vez que regulamenta o processo de titulação do território para famílias de origem afrodescendente que possuem grau de parentesco e têm ou tiveram ancestrais que residiram nesse espaço, garantindo o uso da terra como meio de sobrevivência.

Nessa perspectiva, a Comunidade de Remanescentes Quilombolas da Ilha São Vicente teve seu reconhecimento como comunidade tradicional pela Fundação Cultural Palmares (FCP), no dia 9 de dezembro de 2010, e recebeu, no dia 27 do mesmo mês, a certidão de autodefinição (Lopes, 2019; Oliveira *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2023).

Tradicionalmente, a organização como comunidade é vinculada à produção sustentável, ou seja, a construção socioeconômica está relacionada às atividades agrícolas sustentáveis (Bráz, 2020; Souza; Chaveiro, 2019). Os agricultores usam técnicas de preservação e reflorestamento para garantir o equilíbrio entre a comunidade e o território (Stuchi; Rodrigues; Segovia, 2019).

Salienta-se que a organização socioeconômica como comunidade tradicional está voltada à produção orgânica sustentável, valorizando o uso de técnicas tradicionais originárias do saber adquirido pelos seus antepassados (Bráz, 2020). Eles usam e reproduzem essas técnicas de acordo com as modificações das práticas e dos novos modelos que se apresentam mais eficientes na produção sustentável (Silva *et al.*, 2023). Assim, o sistema agrícola atua como mecanismo de reprodução social, amparando a manutenção da comunidade e do espaço natural em que está inserida (Lopes *et al.*, 2019).

Com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiar Rurais – Lei 11.326/2006 – que reconhece os quilombolas como agricultores (BRASIL, 2006), pretende-se obter o reconhecimento às técnicas e aos métodos utilizados pelas

Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18 , nº02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

comunidades tradicionais, a exemplo da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente (Lopes, 2019; Silva *et al.*, 2023).

Por meio dessa política, concede-se aos agricultores familiares a assistência técnica para o desenvolvimento da produção orgânica sustentável (BRASIL, 2003), valorizando a prática da agroecologia na produção agrícola e na pecuária, e impulsionando a economia local com a utilização de novas técnicas.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios da produção agroecológica da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente em Araguatins, Tocantins. Por meio da observação das práticas de produção orgânica sustentável, como agricultura permanente e o destino final da produção, o que fica na Ilha e o que é comercializado, ou seja, caracterizar a agricultura praticada nesta comunidade quilombola, além de compreender a história, a forma e a dinâmica da ocupação, analisando historicamente a ocupação territorial da comunidade.

METODOLOGIA

Área de estudo

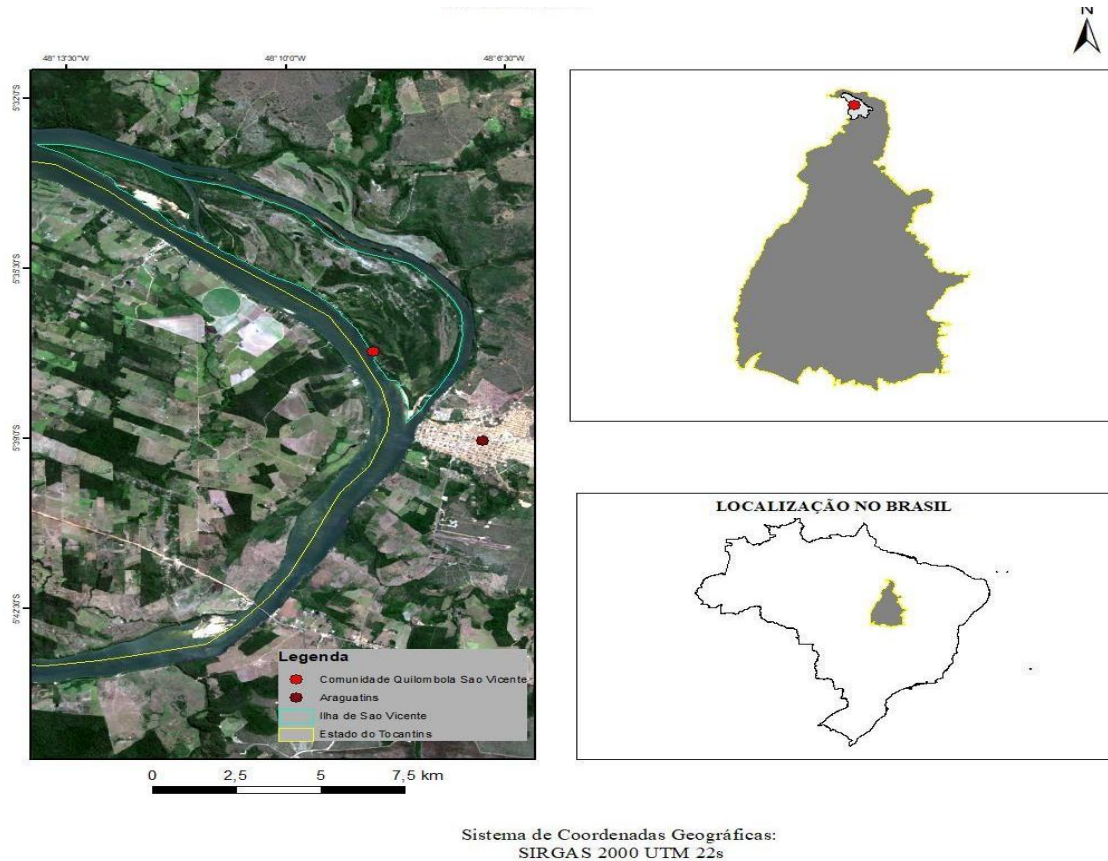
A Comunidade de Remanescentes Quilombolas da Ilha de São Vicente (Figura 1) está localizada no Município de Araguatins, na microrregião do Bico do Papagaio, no Extremo Norte do Estado do Tocantins, na fronteira com o estado do Pará, na margem direita do rio Araguaia (IBGE, 2021), com população da comunidade composta por 48 famílias (Levy, 2022).

A Ilha de São Vicente abrange uma área pouco maior que 2.502,0437 hectares e a comunidade engloba cerca de 1,3% da Ilha, ocupando 35 lotes individuais e/ou familiares, além de outros três lotes de uso social e coletivo, sendo 12 deles ocupados permanentemente (Lopes, 2019; Levy, 2022).



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

Figura 1 - Localização da Ilha de São Vicente.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A pesquisa foi constituída a partir de elementos da pesquisa etnográfica e histórias de vida, com base em um contato direto com a comunidade tradicional (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021). Nessa perspectiva, a abordagem etnográfica se julga necessária por compreender a epistemologia do termo utilizado, que tem por finalidade o estudo e a descrição dos povos, quanto à língua, raça, religião e manifestações materiais de suas atividades. A etnografia é parte integrante da etnologia, sendo uma forma de descrição da cultura material e de um determinado povo (Mattos, 2011).

Com base em estudos de caso e análise do conteúdo empírico qualitativo (Ataídes; Oliveira; Silva, 2021), no qual é possível observar a relação entre o conteúdo das decisões e ações em benefício dos agricultores familiares, com foco principalmente nas relações sociais e econômicas desenvolvidas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando as principais
 Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18, n°02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

bases de dados disponíveis (Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, e a Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses), sendo a primeira etapa da pesquisa caracterizada por uma fundamentação teórica do objeto de estudo, visando à elaboração de uma base teórica e metodológica que deu suporte a pesquisa. Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas e rodas de conversa (Figura 2), no mês de dezembro de 2018.

Figura 2 - Roda de conversa na comunidade quilombola da Ilha de São Vicente.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

Revisão de literatura

A certificação do território como comunidade de remanescentes de quilombo simboliza a conquista desse povo e certifica oficialmente ao Estado brasileiro de que essa comunidade é de fato e de direito, descendente de quilombolas (Levy, 2022; Oliveira, 2015). Contudo, a certificação não garante formalmente a posse e propriedade do território (Lopes, 2019).

No entanto, por meio da portaria nº 1.080, de 8 de junho de 2020, reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo, a área de 2.502,0437 ha (dois mil quinhentos e dois hectares, quatro ares e trinta e sete centiares), da Ilha de Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18 , nº02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

São Vicente (BRASIL, 2020; Oliveira *et al.*, 2020). Em que a comunidade obteve o certificado de posse, 10 anos depois do reconhecimento como Comunidade Quilombola (Oliveira *et al.*, 2020).

A estrutura socioeconômica precede a aceitação da área como uma comunidade tradicional, o modo de vida voltado à produção orgânica, remonta aos tempos coloniais, os povos quilombolas adotaram o modo camponês de viver, não se desligando da sua cultura, mas adaptando-se ao novo lugar em que estavam (Bráz, 2020). Por exemplo, as técnicas usadas pelos agricultores da comunidade remanescente quilombola da Ilha de São Vicente são aquelas técnicas de conhecimento empírico, ensinadas pelos seus antepassados e adquiridas ao longo dos anos com a experiência dos agricultores com o cultivo.

De acordo com Lopes (2019), a produção de gêneros alimentícios se manteve, em grande parte, voltada para o próprio consumo, mas sempre houve intercâmbios com os mercados próximos. Os excedentes comercializáveis nem sempre lhes permitiram uma grande abundância. À produção, não se juntou à utilização de máquinas e técnicas modernas e também não puderam contratar trabalhadores. Mas a memória dos mais velhos traz tempos em que não faltavam alimentos, não havia escassez de produtos necessários à sobrevivência.

No parâmetro da Lei n.º 11.326/2006, sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, garante-se que membros de comunidades remanescentes de quilombos e tradicionais são considerados agricultores familiares, exercendo atividades no meio rural, sendo a atividade realizada com mão de obra própria e familiar e tratando-se da manutenção financeira da família provinda do estabelecimento da família (BRASIL, 2006).

Enquanto isso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO instituída no ano de 2012, com o Decreto n.º 7.794 (BRASIL, 2012), assegura aos agricultores familiares o direito e acesso aos programas de fomento para desenvolvimento da produção orgânica (Nascimento *et al.*, 2023). De acordo com Sambuichi *et al.* (2017, p. 11), tem como principal objetivo:



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

Integrar, articular e adequar as diversas políticas, programas e ações desenvolvidas no âmbito do governo federal, que visam induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a produção sustentável de alimentos saudáveis e aliando o desenvolvimento rural com a conservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

A efetivação da PNAPO para a sociedade exige diálogo contínuo entre os órgãos estaduais e as organizações comunitárias ligadas à gestão agroecológica e da produção orgânica, exigindo esforços claros e de força unificadora que podem levar muito tempo para desenvolver-se (Nascimento *et al.*, 2023; Sambuichi *et al.*, 2017). Ou seja,

Esse processo de construção social da PNAPO exigiu um diálogo constante entre o Estado e as organizações da sociedade civil relacionadas à agenda da agroecologia e produção orgânica, demandando um grande esforço de articulação e pactuação que pode levar um longo tempo para ser amadurecido. Nesse sentido, o acompanhamento e a avaliação das ações executadas podem ajudar a criar consensos, facilitando a gestão e o aprimoramento da política (Sambuichi *et al.*, 2017, p.148).

A PNAPO visa a implantação de projetos e supervisão para melhor avaliar a eficiência dos programas em atender aos agricultores familiares (BRASIL, 2012). Ainda assim, é evidente na comunidade da Ilha de São Vicente a ausência de planos que amparam os agricultores e analisem o único programa implantado na comunidade. Percebe que tal problema é recorrentes nas comunidades tradicionais.

Nos estudos de Baltha, Paz e Guimarães (2020), sobre a comunidade quilombola Dezidério Felipe de Oliveira no estado do Mato Grosso do Sul, verificaram que a sociedade local tem consumido mais produtos orgânicos, contudo, apresentam desigualdade nos incentivos fiscais, creditícios e tributários no desenvolvimento da produção de alimentos de bases agroecológicas em relação ao agronegócio presente na região.

No processo de organização territorial do Brasil, a agricultura desempenha uma função importante na formação e na ampliação dos antigos povoamentos até as modernas cidades brasileiras (Arruda *et al.*, 2022; Costa, 2024). No contexto histórico, os agrupamentos humanos que habitam o território nacional foram formados, sendo, em grande parte, influenciados pelas condições naturais favoráveis que possibilitaram o desenvolvimento de atividades agrícolas, amplamente empregadas para a sobrevivência



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

dos povos nativos e repassadas ao longo dos séculos (Costa, 2024).

Assim, a definição da categoria de agricultura familiar e o uso do termo agricultor familiar foram estabelecidos por pesquisadores sociais da Europa. No Brasil, esse conceito foi adotado a partir da década de 1990 por sindicatos e entidades de desenvolvimento rural, e começou a se espalhar na América Latina em um contexto de descentralização e diminuição da atuação estatal (Pedroso *et al.*, 2017). A agricultura familiar desempenha um papel significativo na estruturação e avanço do contexto social e da economia, sendo encarregada de fornecer alimentos tanto no Brasil quanto globalmente (Bertolini; Paula Filho; Mendonça, 2020).

Da mesma forma, a contribuição da agricultura familiar no valor da produção em setores como agricultura, pecuária, pesca e silvicultura varia de um segmento para outro. No entanto, em todas as situações, é claro o impacto dessa atividade econômica sobre o emprego nos setores, sendo significativamente maior, englobando ao menos 50% das vagas de trabalho nas regiões rurais, onde chega a aproximadamente 77%, como é o caso do Brasil (Pedroso *et al.*, 2017).

Nesse contexto, a produção agroecológica se destaca, especialmente, por meio de causas ecológicas e sociais (Nascimento *et al.*, 2023). A agroecologia emerge como uma opção prática para estabelecer um novo modelo para a agricultura, fundamentando-se em sistemas de produção agrícola que são ecologicamente sustentáveis, favorece o reconhecimento, a valorização e a recuperação da agricultura cultivada por comunidades tradicionais (Lopes *et al.*, 2019; Stuchi; Rodrigues; Segovia, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente, no Tocantins, apresentam particularidades étnicas, preservadas ao longo do tempo, pela força da memória que fortifica a identidade dessa comunidade. Esse grupo tem sua história marcada por lutas, desde a construção da sua organização como comunidade até o reconhecimento como território quilombola.

No caput do decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003). Para a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, esse direito foi obtido por meio de conflitos territoriais contra pessoas que se apropriaram da terra, marcando a história de resistência dessa comunidade. Porém, os conflitos renovaram a voz desse povo que se dispõe a buscar os seus direitos.

Os conflitos iniciaram no começo dos anos 2000, atingindo seu ponto mais alto em 2010, quando o proprietário vizinho obteve na justiça estadual a autorização para reivindicar como sua uma porção da terra onde residia o Senhor Salvador, patriarca da comunidade (Levy, 2022).

A população perdeu áreas do seu território, o que afetou o desenvolvimento da produção agrícola da comunidade quilombola, em que tiveram de adaptar sua produção para áreas menores e mantendo ou tentando manter a mesma quantidade produzida, adotando o sistema de produção agroecológica. Esse sistema permite que a comunidade otimize as áreas de produção, mantendo a quantidade e qualidade produzida, além de conservar os solos para continuar com o cultivo a longo prazo.

Conforme as palavras de uma das lideranças femininas da comunidade, Maria de Fátima em entrevista concedida em dezembro de 2018: “A comunidade quilombola da Ilha de São Vicente é resistência, sempre lutando contra tudo e todas as adversidades para se manter firme na busca por reconhecimento e direitos”.

Enfatiza-se que a organização social como comunidade é dependente da produção de orgânicos, a reprodução socioeconômica está ligada à relação de respeito à natureza. Segundo a liderança quilombola da comunidade de São Vicente, na pessoa de Maria de Fátima, conforme salienta na entrevista, aponta que desde sempre, sua família tem como base a agroecologia, um processo de produção que trouxeram da África, dos remanescentes do seu povo, que foi traficada, espoliada, mas que não perdeu a cultura e afirmam que para eles, a terra é sagrada.

Culturalmente, de acordo com a liderança da comunidade, o plantio de frutíferas tem relação com o respeito dos quilombolas com o território. Para retificar essa afirmação, na comunidade, quando uma bebê nasce, é plantada uma árvore frutífera, simbolizando a relação da comunidade com a natureza.



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

Por sua vez, entre os sistemas de produção sustentável, está a horta caseira, sendo outra prática de cultivo, onde são produzidas hortaliças, principalmente para o consumo interno, como o tomate, cebola, quiabo, abóbora, feijão e outras leguminosas. A horta caseira combina o aspecto econômico com a qualidade nutricional, oferecendo aos consumidores alimentos frescos e saudáveis.

Os pequenos agricultores do quilombo utilizam o território e os recursos disponíveis para produção agrícola e pecuária. Destaca-se o modelo de agricultura permanente de fruticultura, em que há o cultivo de espécies frutíferas, tais como laranja, jaca, abacate, cacau, banana e outras espécies.

O sistema mais adotado é a “*roça de toco*” para preparo da área para o cultivo. Nesse sentido, os agricultores cortam as plantas e ervas espontâneas e posteriormente queimam a área para a reparação dos solos. Com a queima da matéria orgânica, o nível de fertilidade do solo aumenta. Na literatura, outros termos regionais também são associados para descrever o sistema de roça de toco, tais como agricultura itinerante, coivara, capoeira, agricultura de pousio e de corte e queima. Esse sistema de cultivo foi utilizado de forma intensa na agricultura familiar, principalmente pelas vantagens como baixo custo e o aumento da fertilidade dos solos.

Outra prática agrícola é o plantio da mandioca para produção de farinha. É realizada com o conhecimento empírico. A farinha é produzida em locais denominados casa do forno ou casa da farinha. Ressalta-se que a segurança alimentar e nutricional dos consumidores é outra preocupação dos agricultores. Na preparação do solo para a lavoura, os agricultores não aplicam produtos químicos, como agrotóxicos, herbicidas e inseticidas.

Na comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, o combate à infestação de formigas no solo é feito por outras técnicas de combate, como o sistema de capoeira¹, utilizando o fogo para eliminá-las da área utilizada para os cultivos, tornando assim, um sistema mais acessível e sustentável. Sendo uma produção diversificada de alimentos que contribui para a resiliência de ecossistemas.

¹ O sistema agrícola de capoeira é baseado em uma técnica de preparação do solo que pode ou não envolvem queimadas, e está essencialmente ligado a duas inovações tecnológicas: a fragmentação e a fertilização da capoeira



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

Na comunidade quilombola, tem-se a integração do sistema de cultivo e criação de animais com adoção do Sistema Agroflorestal (SAF) aborda a integração de atividades agrícolas, produção pecuária com cultivos florestais, ou seja, um conjunto de métodos de desenvolvimento sustentável, permitindo produção com a conservação de recursos naturais e recuperação de floresta (EMBRAPA, 2017), conforme (Figura 3). Esse sistema facilita a produção de várias culturas, possibilitando o aumento da produtividade, incluindo segmentos agrícolas, florestais e pecuário, permitindo a relação de equilíbrio da comunidade com o meio ambiente (EMBRAPA, 2015; 2017).

Figura 3 - Sistema Agroflorestal implantado na comunidade.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

Além da agricultura familiar, outra prática muito comum na comunidade é o extrativismo vegetal, principalmente a extração do coco babaçu (Figura 4), outra forma de sustento proveniente do uso da terra. As práticas do extrativismo do babaçu são realizadas por grupos de mulheres que vivem em função desta atividade, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu. Salienta-se ser uma atividade comum nas comunidades tradicionais dos estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará.

Figura 4 - Extrativismo vegetal do coco babaçu.

O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2018.

As áreas limitadas de babaçuais que permanecem intactas na Ilha de São Vicente encontram-se na comunidade quilombola. As palmeiras de babaçu são empregadas pelas mulheres da comunidade para a produção de carvão, aproveitando as cascas do coco, assim como para a extração do azeite a partir das amêndoas. As mulheres, quebradeiras de coco, se organizaram para lutar em defesa dos babaçuais e de sua utilização pelas comunidades tradicionais com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), presente nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Foi um grande passo na luta da comunidade diante de conflitos, reivindicações e lutas das famílias da comunidade quilombola na Ilha de São Vicente.

Contudo, as quebradeiras de coco ainda necessitam de mais visibilidade, com mudanças que ampliem a produção do movimento de quebradeira de coco. Como oficinas para ensinar novas técnicas e novas variedades de produtos à parte de coco babaçu podem ser algumas medidas para o desenvolvimento econômico dessa prática. Bem como, acesso livre aos babaçuais e medidas para aumento das áreas de babaçus na comunidade, uma vez que a diminuição das áreas de babaçus afeta negativamente a produção e sustento das quebradeiras de coco.

Dessa forma, a produção obtida na comunidade quilombola é para o sustento das famílias e o excedente é destinado à comercialização local na cidade de Araguatins,

Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18, n.02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

porém, o escoamento enfrenta sérias dificuldades, já que o único meio de transporte é fluvial, artesanal (canoa) e um barco escolar para uso exclusivo de locomoção das crianças, pois não há escola na comunidade e a escola mais próxima está situada aproximadamente a 10 km da Ilha, no município Araguatins.

Ademais, a comercialização dos produtos excedentes é influenciada pela ausência de transportes adequados, complicando o acesso das cultivares ao consumidor, consequentemente, inviabilizando a produção gerada e impedindo a manutenção econômica da comunidade. Entretanto, nada é pedido, a comunidade trabalha com o sistema de troca entre os próprios agricultores, uma alternativa para não ocorrer desperdício e nem perdas severas com a produção do quilombo.

Os aspectos naturais da comunidade quilombola também influenciam na dinâmica da produção orgânica. Os solos dessa área são característicos dos Gleissolos (Santos *et al.*, 2025), encontrados nas partes de mangue nas áreas mais baixas da Ilha. Nas áreas das plantações, os Latossolos têm predominância (IBGE, 2015), que apresentam alto índice de acidez, sendo necessário técnicas de preparação dos solos para a agricultura, como a correção da acidez com o calcário (Santos *et al.*, 2025).

Na comunidade quilombola, o uso do sistema itinerante (corte e queima) favorece inicialmente (curto prazo) o aumento da fertilidade dos solos, porém a utilização recorrente desse sistema resulta na perda de fertilidade do solo pelo escoamento e lixiviação (lavagem) dos nutrientes solúveis, mantendo no solo os óxidos (ferro e alumínio) que aumentam a acidez dos solos na área de cultivo.

Outra variável importante é a atuação do clima na região. Em alguns meses do ano, entre maio e setembro, a temperatura aumenta mais que o normal, sendo dias mais secos, com baixa umidade do ar, colaborando para a ocorrência de queimadas na Ilha de São Vicente. Como o que ocorreu no dia 26 de agosto de 2018, destruindo a casa de uma moradora do quilombo e plantações de fruticultura de um dos agricultores do local, consequentemente, ocasionando prejuízos a esses moradores (G1 Tocantins, 2018).

Água era outra problemática para os agricultores. Na Ilha existem dois lagos e uma lagoa: Lago do Piroca (Pirarucu), Lago da Pessoa e Lagoa Grande, porém, a comunidade não os utiliza por estarem em propriedades não pertencentes ao quilombo. O rio Araguaia



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

é uma alternativa, porém também gera preocupação para os agricultores devido à contaminação do rio, assim a utilização das águas tem algumas precauções. Não é usada para consumo, sendo assim, a água consumida pela comunidade é transportada do município de Araguatins para o quilombo.

Com a redução das áreas destinadas para produção orgânica na comunidade quilombola, surge outra problemática: os agricultores não disponibilizam de áreas grandes para uma produção de média escala. O espaço é importante para assegurar uma economia estável na manutenção financeira das famílias. Desse modo, os agricultores utilizam métodos como plantar algumas espécies em estruturas de madeira elevadas, denominadas de canteiros.

Até setembro de 2018, o quilombo não tinha acesso à energia elétrica. A maioria das práticas agrícolas da comunidade são as ensinadas pelos antepassados, métodos tradicionais com menor nível financeiro e tecnológico. Não utilizam de maquinários para o cultivo e colheita, porém, com o acesso à energia elétrica, a comunidade quilombola dispõe de um favorável recurso para armazenar os produtos e não perder a produção.

Nesse contexto, uma importante conquista para a comunidade foi o apoio da Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Essa organização, criada para viabilizar os pequenos agricultores familiares do estado. Através de encontros e atividades de valorização e apoio, por meio da APA-TO, a comunidade recebeu o Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE (Figura 5), um incentivo ao trabalho realizado pelos agricultores familiares da comunidade quilombola.



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

Figura 5 - Placa indicativa da implantação do programa ECOFORTE.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Atualmente, o ECOFORTE é o único projeto voltado para as atividades realizadas na comunidade, visa contribuir para o fortalecimento da produção agroecológica, de base agroecológica e extrativista do quilombo, por meio de investimento financeiro. Contudo, como ocorre com alguns programas de apoio, a assistência não é suficiente para atender os agricultores familiares e, em outros momentos, o suporte devido à produção não chega aos agricultores familiares. À vista disto, a comunidade de São Vicente não recebe o amparo eficiente do ECOFORTE, o único programa presente para auxiliar os quilombolas e fortalecer o processo de transição agroecológica na comunidade.

Outro desafio é a eficiência de estímulo por parte dos representantes do governo, ressaltando que os agricultores familiares da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente carecem de suporte com políticas públicas mais eficazes, que promovam a produção sustentável e ofereçam auxílio aos agricultores por meio de programas de assistência técnica e financiamentos por parte das autoridades locais.

Historicamente, a comunidade tem sua constituição socioeconômica e cultural voltada à produção em sistemas tradicionais, com o uso de técnicas tradicionais baseadas no saber adquirido pelos antepassados, onde ainda se utiliza o modo do campesinato, com técnicas manuais e artesanais (desde a preparação do solo até a colheita), explorando-os e

O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

repetindo-os de acordo com a mudança das técnicas artesanais e dos novos modelos que se mostram eficientes na produção sustentável, assim, o sistema agrícola como reprodução social, auxilia a manutenção da comunidade e da floresta no território (Oliveira, 2015).

No parâmetro da Lei n.º 11.326/2006, garante-se que pode ser considerado agricultor familiar aquele trabalhador familiar que pratica atividades na região rural, com a mão de obra própria da família, sendo a renda familiar relacionada ao próprio estabelecimento, abrangendo os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas como agricultores familiares (BRASIL, 2006). Nesse contexto, a população dos remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente que trabalham com a produção em sistemas tradicionais se identifica como agricultores familiares.

Desse modo, a Política Nacional visa o respeito às práticas e modelos utilizados pelas comunidades tradicionais, nesse caso, a quilombola, disponibilizando aos agricultores familiares a assistência necessária para o desenvolvimento da produção sustentável em sistemas tradicionais, enaltecendo a prática da agroecologia na produção agrícola e na pecuária e impulsionando a economia da comunidade com utilização de novas técnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados apontam que a comunidade quilombola de Ilha de São Vicente enfrenta a invisibilidade social e política, buscando alternativas de fortalecimento interno e de valorização de sua identidade étnica. A possibilidade de acesso a programas de apoio e assistência à produção agroecológica compreende um novo desafio enfrentado pela comunidade, que ainda luta para garantir a efetiva regularização da ilha, já reconhecida pelo INCRA.

De acordo com o que foi vivenciado em campo, as lideranças da comunidade esperam garantir os direitos dos remanescentes quilombolas, em condições melhores em seu território de origem, sem ameaças de despejo e humilhação.

Na agricultura familiar desenvolvida na comunidade, a ação conjunta dos órgãos governamentais com os programas da Política Nacional de Agroecologia e Produção



O TERRITÓRIO
QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
VICENTE EM ARAGUATINS,
TOCANTINS: DESAFIOS
PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA

Orgânica – PNAPo, em tese, constitui uma proposta que possibilitaria aos agricultores da comunidade de Ilha de São Vicente o aumento da produtividade, melhorando a qualidade de vida das famílias, além de possibilitar o apoio financeiro para aquisição de itens de implantação, modernização e ampliação das estruturas utilizadas na produção.

Dentre as políticas de incentivo à pequena produção, o PNAPo representa a ação governamental que mais se aproxima da valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais, e que tende respeitar os diferentes modos de produção das comunidades tradicionais.

A agricultura, especialmente para as comunidades quilombolas, é muito mais do que uma mera atividade econômica. É uma forma de resistência e afirmação de identidade cultural. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, como a falta de acesso à terra, a escassez de recursos e as ameaças de desmatamento e agronegócio, a agricultura quilombola persiste e se reinventa. A atividade agrícola não apenas provê sustento para essas comunidades, mas também simboliza sua ligação ancestral com a terra, seus saberes tradicionais e sua luta pela preservação de seus modos de vida.

Entre os desafios internos, destacam-se as limitações tanto estruturais quanto organizacionais presentes nas comunidades de produtores. Muitos agricultores encontram dificuldades para acessar tecnologias e equipamentos apropriados, além de restrições em relação à mão de obra e ao capital disponível para investir em métodos de cultivo sustentáveis. Nesse contexto, há o desafio de assegurar a transmissão de saberes tradicionais e o equilíbrio entre práticas tradicionais e técnicas contemporâneas, o que requer um processo contínuo de aprendizado e adaptação.

Ademais, os desafios externos estão ligados às condições sociais e econômicas, assim como à estrutura institucional. Um dos principais problemas é a disparidade nos incentivos fiscais, de crédito e tributários quando comparados ao agronegócio tradicional, que ainda prevalece nas políticas e mercados agrícolas. Além disso, há dificuldades em acessar assistência técnica e políticas públicas eficazes, mesmo com a existência de iniciativas como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que frequentemente não atinge todas as comunidades rurais de maneira igualitária. Existem também barreiras em relação à comercialização e à distribuição dos produtos



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

agroecológicos, assim como a baixa valorização desses produtos nos mercados locais.

Desse modo, a produção agroecológica se depara com o desafio de se afirmar como uma alternativa viável e sustentável em relação ao modelo produtivo predominante, buscando equilibrar a preservação ambiental, a valorização cultural das comunidades tradicionais e a necessidade de garantir segurança alimentar e renda para os agricultores familiares.

Portanto, garantir as condições necessárias para a reprodução e continuidade dessa comunidade, assegurando o direito à terra e colaborando com a manutenção da comunidade através do apoio às práticas tradicionais de produção com a implantação de novos métodos eficientes para desenvolver uma estrutura econômica que passa pela produção de alimentos saudáveis, aliando técnicas de cultivo ancestrais e novos conhecimentos de manejo e recuperação de solos. A experiência desenvolvida pela APA-TO pode ser um primeiro passo rumo à construção da autonomia social e econômica para a Ilha de São Vicente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. L.; ANTUNES, L. F. S.; SILVA, C. G.; VAZ, A. F. S. O contexto histórico da agricultura no Brasil e o despertar dos movimentos agroecológicos visando sistemas agrícolas mais sustentáveis. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p.e46111335026, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35026>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35026>.

ATAÍDES, F. B.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, A. A. F. A Etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 48, p.133-147, 2021.

BALTHA, F. R. C.; PAZ, R. E. R. B.; GUIMARÃES, V. M. B. Construção de saberes e desafios enfrentados na agricultura familiar orgânica: o caso da comunidade quilombola Dezydério Felipe de Oliveira, Dourados/MS. **Cadernos de Agroecologia**, v.15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/2774/2633>.

BERTOLINI, M. M.; PAULA FILHO, P. L.; MENDONÇA, S. N. T. G. A Importância da Agricultura Familiar na Atualidade. *In*: Congresso Internacional da Agroindústria (CIAGRO) - Ciência, Tecnologia e Inovação: do campo à mesa. 2020, Recife. **Anais [...]** CIAGRO 2020. DOI: <https://doi.org/10.31692/ICIAGRO.2020.0254>. Disponível em: chrome-



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Flegin%2Ffed%2Fdecret%2F2012%2Fdecreto-7794-20-agosto-2012-774041-normaatualizada-pe.doc&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.080, de 8 de Junho de 2020.** Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, situada no Município de Araguatins, no Estado de Tocantins. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.080-de-8-de-junho-de-2020-262753297>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRÁZ, C. A. Produção alimentar de base agroecológica em Comunidades Rurais Quilombolas como territorialização e promoção de cuidado. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.15, n.4, p.69-79, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v15i4.23310>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50148>

COSTA, O. C. Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 3, p.e10413345339, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i3.45339>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45339>.

EMBRAPA - Empresa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Agrossilvipastoril**. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-geral/-/busca/sistema%20agrossilvipastoril?buscaPortal=sistema+agrossilvipastoril>. Acesso em: 24 jun. 2025.

EMBRAPA - Empresa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária. **Sistemas Agroflorestais: a Agropecuária Sustentável**. 2015. Disponível em:
 Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18 , nº02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/120048/1/Sistemas-agroflorestaislivro-em-baixa.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

G1 TOCANTINS. **Casa e plantações são destruídas durante incêndio em comunidade quilombola.** 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/08/26/casa-e-plantacoes-sao-destruidasdurante-incendio-em-comunidade-quilombola.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de pedologia.** Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Araguatins.** 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguatins/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LEVY, H. C. A Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente: um território em reconstrução. **Revista Zabelê**, v.3, n.1, p.142-155, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/revzab/article/view/3676>.

LOPES, R. C. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins.** 2019, 301f. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LOPES, I. M.; LOBO, L. O.; GARCIA-PRADO, J. A.; FREITAS, R. R. Viabilidade econômica financeira de um modelo agroecológico em uma comunidade quilombola. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 2, p. 01-27, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i2.659>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/659>.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p.49-83.

NASCIMENTO, D. M. R.; PÍFANO, D. S.; DUARTE, F. R.; NUNES, X. P.; BARRETO, S. B. Políticas públicas agroecológicas em comunidades tradicionais: o caso das comunidades quilombolas de Campo Formoso-BA. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 20162-20183. 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv21n11-086>. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2123>.

OLIVEIRA, G A. Quilombolas do norte do Tocantins: características e significados de uma experiência. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.18, nº02 • p. 68-88 • jul-dez 2024



O TERRITÓRIO
 QUILOMBOLA DA ILHA SÃO
 VICENTE EM ARAGUATINS,
 TOCANTINS: DESAFIOS
 PARA A PRODUÇÃO
 AGROECOLÓGICA

Maringá, PR. **Anais[...]** Maringá, PR: UEM, p. 2533-2543, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1088.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, G. P. T. C.; ALEXANDRE, M. R. O.; CRUZ, T. A.; SILVA, J. E. R. B. Jurisdição e Território na Amazônia Legal: o (Re) Conhecimento da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente e o Estado da Arte no Sistema de Proteção aos Direitos Humanos. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 20, 2020.

PEDROSO, L. B.; PASSADOR, C. S.; PASCHOALOTTO, M. A. C. Marco Teórico sobre a Agricultura Familiar na América Latina: estudo comparativo sobre a produção científica e os relatórios da FAO. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, 4. João Pessoa/PB, 2017. p. 327-341.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; AVILA, M. L.; SPINOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea. EMBRAPA Cerrados, 2017.

SANTOS, H. G.; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C.; OLIVEIRA, V. A.; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A.; ARAÚJO FILHO, J. C.; LIMA, H. N.; MARQUES, F. A.; OLIVEIRA, J. B.; CUNHA, T. J. F. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. 6. ed. rev. e amp. Brasília, DF: Embrapa, 2025. 393 p. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1176834>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, R. G. C.; SANTOS, L. L.; ROCHA, J. F.; SANTOS, L. L.; SILVA, C. B. Conflitos sociais e afirmação territorial da comunidade quilombola Ilha São Vicente, Araguatins, Tocantins. **Confins** [Online], v.61, 2023. Doi: <https://doi.org/10.4000/confins.54811>.

SOUZA, L. B.; CHAVEIRO, E. F. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.31, p. e42482, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31n1-2019-42482>.

STUCHI, J. F.; RODRIGUES, E. B.; SEGOVIA, J. F. O. Integração agroecológica pela soberania alimentar em comunidade quilombola na Amazônia Amapaense, Brasil. *In: ANDRADE, D. F (org.). Agroecologia em Foco*. Belo Horizonte: Poisson, 2019. p. 32-36.

